QUE URBANISTA PARA O FUTURO?

Tiago Castro

Doutorando em Sociologia - Cidades e Culturas Urbanas | FCT | Universidade de Coimbra

e-mail: tiagocastro@ces.uc.pt

Resumo

Num mundo cada vez mais urbano e em transformação acelerada, o papel do urbanista tem vindo a ser alvo de crítica e de mudança, a par de movimentos e iniciativas reativas de cidadãos face à cidade. Para onde se dirige? Que urbanista queremos?

Palavras chave: urbanismo; urbanista; futuro

O acelerado processo de urbanização, dos últimos 30 anos, reconfigurou grande parte das cidades mundiais. Deu-se uma evolução da cidade moderna (que já transitara da cidade tradicional) para a pós-moderna. Em alguns casos, o avanço foi ainda mais acelerado com uma passagem da cidade tradicional diretamente para a pós-moderna. Hoje a cidade transforma-se a uma velocidade nunca antes vista, baseada numa prática urbanística guiada pela forma, função e estrutura, privilegiando os instrumentos do plano e do projeto e assente numa lógica de racionalidade rápida e eficaz, mas também com os fenómenos de crescimento exponencial das ocupações e urbanizações ilegais fora do sistema urbanístico, visível, principalmente, nos grandes aglomerados urbanos do Hemisfério Sul. Consequentemente, aliado a dinâmicas económicas, sociais e políticas, o urbano e o rural mal se distinguem e as cidades concentram cada vez mais pessoas e agregam problemáticas como habitação, transportes, espaço público, água, alimentos, saúde, energia, resíduos, património, trabalho, etc.

Paralelamente às questões estruturantes de uma cidade, têm surgido iniciativas *bottom-up* de índole cívica para a apropriação e transformação urbana, um pouco por todo o Mundo, em grande medida associadas ao conceito de *placemaking* (Project for Public Spaces, 2017), uma abordagem integrada de planeamento, design e gestão de espaços públicos de base comunitária. De facto, a sociedade civil – organizações, grupos informais, coletivos – tem vindo a organizar-se no sentido de dar resposta a problemas que tardam a ser resolvidos. Nesse sentido, em certa medida, a distanciação entre entidades responsáveis pelo desenvolvimento e gestão urbana e a sociedade civil tem vindo a diminuir. Porém, a par deste fenómeno, especialistas, técnicos e decisores políticos têm vindo a questionar a autoridade, legitimidade e capacidade da sociedade civil em intervir ativamente em áreas tão complexas como o planeamento urbano. De salientar, ainda, que a muitos destes movimentos e iniciativas têm-se associado especialistas e técnicos de urbanismo.

Este movimento emergente poderá ser sintomático de um desfasamento entre as políticas e ferramentas de desenvolvimento urbano e as reais necessidades de uma sociedade cada vez mais consciente e sensibilizada para as questões urbanas e que se sente impelida a agir, mas também, de uma aparente desilusão de uma parte da classe profissional do urbanismo face às práticas urbanísticas vigentes e ideologias subjacentes. Posto isto, face às questões e dúvidas levantadas relativamente à pertinência da participação, urge um entendimento e compromisso entre setores – público, privado e sociedade civil – para que através de projetos piloto se possa testar novas abordagens, metodologias e ferramentas e permitir uma avaliação efetiva do envolvimento e participação ativa dos cidadãos nas dinâmicas de desenvolvimento urbano.

Perante isto, qual o papel do urbanista nos dias de hoje? Como deve o urbanista atuar e preparar-se para os desafios urbanos do presente e do futuro? Que características, aptidões e competências deve congrega um profissional em urbanismo? Como deve estudar e atuar perante o espaço e tempo urbano e as sociedades urbanas que o habitam?

No sentido de procurar respostas às questões explanadas, e tendo em conta que, na sua maioria, abordam uma eventual crise de valores, identidade e posicionamento do urbanista, recorreu-se à revisão de bibliografia centrada na observação e reflexão sobre a cidade, em particular.

Para Lefebvre (2012), no que diz respeito à cidade, o objeto da ciência não está dado, pelo que são necessárias novas abordagens no sentido de construir uma nova cidade. Temos que caminhar para “um novo humanismo que devemos tender e esforçar-nos, isto é, para uma nova praxis e um outro homem, o da sociedade urbana” (Lefebvre, 2012: 110). O autor afirma, ainda, que

os arquitetos parecem ter estabelecido e dogmatizado um conjunto de significações, mal explicitado como tal e colocado sob diversos vocábulos: “função”, “forma”, “estrutura” ou, sobretudo, funcionalismo, formalismo e estruturalismo. Eles elaboram-no, não a partir de significações percebidas e vividas por aqueles que as habitam, mas a partir do facto do habitar, por si interpretado. (Lefebvre, 2012: 113)

Estará, em certa medida, a criticar o estado de rigidez, hegemonia e distanciamento que atingiu a prática urbanística, aqui centrada na figura do arquiteto, mas passível de ser estendida a todo o profissional do planeamento do território. Nesta linha, Samuel Mockbee (1998) refere que “a arquitetura, mais do que qualquer outra forma de arte, é uma arte social e deve apoiar-se na base social e cultural do seu tempo e lugar” e que deve ser socialmente responsiva. Ou seja, deve posicionar-se em relação a outras questões como educação, saúde, transportes, recreio, emprego, ambiente, assim como a comunidade coletiva que afeta a vida dos cidadãos independentemente da condição socioeconómica.

Com efeito, a elevada preponderância da forma e da estética associadas ao urbanismo atual, vinculadas a instrumentos técnicos rígidos, como o plano, e processos de tomada de decisão *top down*, limita a experimentação de cenários, soluções e práticas diversificadas e ajustadas às realidades urbanas. Deste modo, poder-se-á afirmar que, a par de um novo humanismo, necessitamos de um renovado urbanista. Um profissional multifacetado, de perfil transdisciplinar, que se dedique à urgência de novas abordagens, metodologias e instrumentos voltados para a experimentação da utopia no terreno e sequente análise dos resultados.

Irlys Barreira (2013) aborda a relação do investigador urbano com o seu campo de estudo. Observar uma cidade onde se mora ou que se conhece muito bem pode induzir indiferença face ao que nos é familiar e, eventualmente, condicionar a investigação e respetivos resultados. Daí, a necessidade de relativizar a experiência de proximidade como

medida de precaução, sempre que um investigador analisa a sua própria cultura. Aqui, a figura do *Estrangeiro* de Simmel, revisitada pela autora, emerge como representativa da ligação entre proximidade e distância. Ao apresentar uma forma mais distante, livre e despreconceituosa, na análise das relações sociais que observa, permite-lhe distanciar-se e ultrapassar particularismos.

Posto isto, denota-se um certo paralelismo entre o *Estrangeiro* de Simmel e o *Urbanista Errante* de Paola Jacques (2006) que congrega o pensamento de Benjamim, Deleuze, de Certeau e Santos relativamente à errância na cidade e no pensamento, bem como no ser e estar perante os outros e o lugar:

O urbanista errante – que, como no caso do arquiteto urbano, seria sobretudo uma postura com relação ao urbanismo enquanto disciplina e prática – seria aquele que busca o estado de espírito errante, que experimenta a cidade através das errâncias, que se preocupa mais com as práticas, ações e percursos, do que com as apresentações gráficas, planificações ou projeções, ou seja, com os mapas e planos, com o culto do desenho e da imagem. (Jacques, 2006:118)

A autora aborda, assim, a problemática em torno da prática do urbanismo e dos seus profissionais e sugere uma alternativa que pode considerar-se em linha com um novo humanismo e uma arquitetura (que porventura poderemos alargar ao urbanismo) mais social defendidos por Lefebvre (2012) e Mockbee (1998), respetivamente.

Com efeito, Paola Jacques (2006) defende que a cidade precisa de ser experienciada, vivida e sentida, de forma a poder-se ver tudo aquilo que escapa às disciplinas urbanísticas hegemónicas, nomeadamente, as micro práticas quotidianas que resultam na apropriação do espaço urbano, mas que deveriam fazer parte da sua área de atuação. Neste contexto, poder-se-á incluir nas micro práticas, as iniciativas cívicas de apropriação e transformação urbana que têm emergido como reação à falta de resposta das disciplinas urbanísticas relativamente aos problemas de muitos dos cidadãos. Em muitos dos casos, esses cidadãos que se apropriam do espaço urbano são das classes mais pobres, como por exemplo, a ocupação de edifícios abandonados, a ocupação errante do espaço público dos sem abrigo, os acampamentos ciganos, os bairros de lata, a venda ambulante ilegal em espaços públicos diversos, a mendicidade nos transportes públicos, etc. Fazem-no, em grande medida, por

necessidade, de forma natural e, por isso, “desenvolvem uma relação física mais profunda e visceral com o espaço urbano” (Jacques, 2006: 124).

Associada à propriedade da errância está a da lentidão. “Os homens lentos, como dizia Milton Santos, podem melhor ver, apreender e perceber a cidade e o mundo, indo além de suas fabulações puramente imagéticas” (Jacques, 2006: 123). Trata-se de uma alusão, essencialmente aos mais pobres que não têm acesso à velocidade – transportes, tecnologias, serviços, etc. – e, por isso, ficam à margem do mundo (acelerado) contemporâneo. No entanto, a lentidão permite observar e absorver a cidade com tempo e espaço e, conseqüentemente, com qualidade e ao pormenor. Em contraposição com este “Errante Pobre”, chamemos-lhe assim, está o ideal do Errante Urbano de Paola Jacques e que “seria sobretudo um homem lento voluntário, intencional, consciente da sua lentidão” (Jacques, 2006: 124), à imagem do *flâneur* de Hessel que agia de forma crítica.

As propriedades da errância e da lentidão são apontadas como úteis ao urbanista por *Pierre Sansot*, na sua obra *Du bom usage de la lenteur*, quando diz: “Mas talvez ele (o urbanista) teria evitado vários enganos, se tivesse dado o tempo para se abrir, lentamente, às exigências dos lugares que ele deveria tratar, se ele tivesse aceitado ser modestamente um *flâneur* esclarecido de sua cidade” (Jacques, 2006: 124). Deste modo, sugere uma complementaridade à prática urbana disciplinar e instrumental através de uma abordagem mais humana, menos rígida, mais experimental e audaz. Adicionalmente, segundo Paola Jacques, as três propriedades mais recorrentes das errâncias – a capacidade de se perder, a lentidão e a corporalidade – remetem para a prática ou experiência do espaço urbano e que

poderiam ser consideradas como resistências ou críticas ao pensamento hegemónico contemporâneo do urbanismo que ainda busca uma certa orientação (principalmente através do excesso de informação), rapidez (ou aceleração) e, sobretudo, uma redução da experiência e presença física (através das novas tecnologias de comunicação e transporte) (Jacques, 2006: 126)

Com efeito, a crescente privatização e desapropriação do espaço público, a segregação social, os novos sistemas de segurança urbana, as alterações de comportamentos face ao espaço urbano e aos diferentes grupos sociais, a tematização e “turistificação” dos centros urbanos, assim como a nobilitação urbana conseqüente, são apenas alguns indícios de que o urbanismo contemporâneo tem vindo a distanciar-se da

realidade urbana. Face a um aparente processo de uniformização generalizado em que cidades tão diferentes começam a assemelhar-se e, conseqüentemente, a perderem a sua identidade, singularidade e autenticidade (Zukin, 2007), emergem iniciativas reativas. Esta espetacularização das cidades “está diretamente relacionada com a diminuição da participação, mas também da própria experiência urbana enquanto prática quotidiana, estética ou artística.” (Jacques, 2006: 126).

Neste sentido, tudo aponta para a urgência de um novo paradigma urbano que possibilite a crítica da atual espetacularização urbana e o surgimento de um novo urbanista, errante e pesquisador de outros caminhos fora dos trâmites normais da disciplina – levando a sua prática ao nível do experimentalismo assente na tentativa e erro – reinventando-a e projetando-a para o futuro. Com isto, as principais questões são as diferentes formas de ação e participação na cidade, a qual deixa de ser um simples cenário ganhando forma, no momento em que ela é vivida, experimentada, construída em conjunto. Qual o papel da(s) comunidade(s) urbana(s) nos processos de discussão e construção da cidade? De que forma serão envolvidos? Ser-lhe-ão atribuídos direitos, deveres e responsabilidades?

Segundo Fortuna (2011), atendendo ao mundo urbanizado como o que está a ser construído, a condição do *flâneur* deixará de ser um atributo exclusivo de alguns podendo alastrar-se a todos os cidadãos. Toda uma nova vaga de praticantes de uma *flânerie* globalizada. Isto poderá, em certa medida, ser uma oportunidade para um envolvimento e participação ativa do cidadão comum na reflexão, discussão e construção da cidade, em linha com a criação de uma cultura de território coletiva defendida por João Ferrão (2009). Esta partilha da vivência e experimentação da cidade pode ser um elemento aglutinador entre o cidadão comum e o urbanista, na perspectiva de elucidar melhor a sociedade sobre a importância da prática profissional e da disciplina de urbanismo. Por sua vez, Ascher (2010) considera que a participação dos cidadãos na conceção das decisões locais e sua concretização, tornou-se numa necessidade e um complemento para a adaptação e enriquecimento da democracia representativa perante as exigências da sociedade contemporânea. Estes são desafios que estão em linha com as iniciativas cívicas *bottom-up* supracitadas associadas a um descontentamento e envolvimento cada vez maior de cidadãos nas questões urbanas.

Há, portanto, uma crescente consciencialização e sensibilidade de algumas franjas da sociedade urbana para os problemas da sua cidade que observa, critica e age de forma ativa seja por necessidade, seja por defesa ou exigência de direitos. Uma sociedade que está atenta e que quer melhorar a sua cidade tal como o urbanista. Neste sentido, e regressando ao raciocínio do urbanista do futuro, este deve encarar a cidade enquanto criação social e coletiva e, por isso, compreender que as pessoas que nela habitam são a principal matéria-prima para o seu trabalho. E que é, precisamente, para elas, para quem o seu trabalho é dirigido. Por isso, deve dedicar tempo e espaço ao território urbano e aos seus habitantes contrariando a atitude blasé de desprendimento e indiferença a partir da qual, segundo Simmel, o cidadão urbano busca refúgio a fim de poder conservar o seu equilíbrio mental podendo resultar numa total desfiliação do sujeito com o coletivo urbano (Fortuna, 2011). Deve ser um urbanista errante mas que não descarta a disciplina e a prática; muito pelo contrário, combina-os com o carácter incerto e experimental para melhor compreender, produzir e servir as comunidades coletivas onde trabalha e com quem deve trabalhar numa abordagem colaborativa e simbiótica.

A mesma sensibilidade extrema em relação à materialidade da metrópole e a visão intimista e naturalista da cidade e seu passado que Frank Hessel demonstra (Fortuna, 2011) são características, porventura, essenciais num urbanista. Uma enorme capacidade de observação constante e interpretação das camadas que a cidade apresenta tanto do ponto de vista físico, social, económico e ambiental. Um pesquisador ávido do território urbano.

Mas este “renovado, repensado e readaptado” urbanista deverá estar atento e focar o seu olhar a que território(s)? Segundo as Nações Unidas (2010), cerca de 60% da população urbana mundial vive em aglomerações urbanas até 750 mil habitantes, sendo que a maioria está concentrada em cidades com menos de 100 mil habitantes (Clark, 2003).

Neste sentido, o enfoque do estudo urbano não deve ser centrado apenas nas megacidades. Deve ser alargado às pequenas e médias cidades forçando a teoria, mas também a prática, a reconhecer a importância das diferentes escalas urbanas e assim, eventualmente, poder contribuir para um melhor desenvolvimento e maior coesão territoriais. De salientar, que muitas destas cidades integram contínuos urbanos associados à dispersão urbana e que estão diretamente ligados às megacidades constituindo assim uma

vasta e contínua malha urbana composta por múltiplas formas e funções que se entrecruzam e sobrepõem. Para Fortuna (2011), a metrópole de hoje encontra-se divorciada da relação espacial que a definia e definia as suas fronteiras mostrando-se indomável e caótica. Com efeito, as cada vez mais ténues ou mesmo inexistentes delimitações do território urbano colocam o urbanista numa situação complexa e exigente de observação e análise do território, para o qual tem que encontrar soluções face aos problemas estruturais e sociais existentes e potenciais, numa lógica que vai do curto ao longo prazo.

Neste contexto, e realçando a(s) realidade(s) e os impactos sofridos pelas pessoas nas megacidades do Sul global que Jeremy Seabrook (2007) tem vindo a denunciar, o autor defende um refazer urgente das bases e princípios da reflexão sociológica urbana que, eventualmente, deveria ser alargado às restantes áreas disciplinares que integram a disciplina de urbanismo tais como a arquitetura (como fez Lefebvre e Mockbee), o planeamento, a antropologia, entre outras.

Na sua obra *Naked City*, Sharon Zukin (2010) fala essencialmente da sua Nova York mas estabelece paralelismos com outras cidades e ao facto de certas dinâmicas económicas e sociais, principalmente a nobilitação urbana associada ao mercado imobiliário e à realocação das classes média e alta, terem conduzido a uma gradual perda de identidade e de autenticidade da cidade. Neste sentido, a imagem que Jane Jacobs (1961) fez passar da cidade como um microcosmo de diversidade social e de que a organização social era a essência para o equilíbrio urbano ganha força. Porém, esta é uma perspetiva muito ocidental. É possível fazer um paralelismo com a realidade da urbanidade do Sul global? Em que medida se torna o papel do urbanista diferente?

As cidades são influenciadas e moldadas pelos fluxos de pessoas, ao longo da história. Desde os camponeses que rumaram e rumam às cidades, aos emigrantes e a classes profissionais e sociais que buscam um novo espaço para viver ou estabelecer uma atividade. Sempre que existe um novo fluxo demográfico para um determinado território urbano é passível de ocorrerem mudanças, mais ou menos impactantes, que podem gerar choques de ordem estrutural, ambiental, económica, social e cultural relativamente ao contexto preexistente. Destes processos surge sempre uma (re)construção social.

Para Zukin (2010), a cidade – entenda-se todos os profissionais e responsáveis pelo seu planeamento, desenvolvimento e gestão – não faz o suficiente para proteger a pequena escala, os cidadãos pobres e a classe média de modo a que permaneçam na cidade. É esta diversidade social e não apenas a diversidade de edifícios e usos que conferem uma alma à cidade. Poder-se-á acrescentar até que, sendo a cidade uma construção social coletiva, uma cidade sem pessoas é um espaço sem alma já que são essas pessoas que dão uso e vida aos edifícios existentes.

Nesta perspetiva, e de acordo Fortuna (2011), o urbanista deverá aceitar e adaptar-se à contínua mudança da grande cidade. Para tal, ele necessita de uma mobilização contínua de energias e sentimentos como condição para saber perscrutá-la e apreciá-la nos seus mais íntimos pormenores. “Requer, sobretudo, uma atitude de inocente tolerância e reserva, ao mesmo tempo de proximidade e distância calculadas de onde brota a apreciação estética da paisagem” (Fortuna, 2011: 385).

Poder-se-á considerar que a figura de um urbanista do futuro é, em certa medida, utópica dada todas as características, aptidões e competências aqui explanadas que o mesmo deve congrega. Todavia, a constante e complexa evolução da urbanidade requer uma igualmente constante e complexa evolução dos que a estudam, desenvolvem e praticam.

Referências bibliográficas

Ascher, François (2010), *Novos princípios do Urbanismo / Novos compromissos urbanos*: um léxico. Lisboa: Livros Horizonte

Barreira, Irllys (2013), *A Cidade como Narrativa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 15-44.

Ferrão, João et al. (2009), *Especial urbanismo*. Notícias Sábado. Porto: Jornal de Notícias. 14-31

Fortuna, Carlos (2011), “Narrativas sobre a metrópole centenária”. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v.13, n. 26, 379-393

Jacques, Paola B. (2006), "Elogio aos Errantes", in Jeudy, H. Pierre; Jacques, P. B. (orgs.), *Corpos e Cenários Urbanos: Territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA. 117-139.

Lefebvre, Henri (2012). *O Direito à Cidade*. Lisboa: Estúdio e Letra Livre, 107-120.

Miles, Malcom (2007). *Cities and Cultures*. Londres: Routledge.

Site Projetc for Public Sapces. (2017). *What is Placemaking?* Consultado em 12.01.2018, em: www.pps.org/article/what-is-placemaking

Zukin, Sharon (2010). *Naked city: The death and life of authentic urban places*. Oxford: Oxford University Press.